

CADA UM TEM O ANALISTA QUE MERECE

Quero falar sobre nossos pacientes, os nossos e os dos outros.

O tema destas jornadas é o *ato analítico* e por tal todo mundo entende o que cada analista faz com seus pacientes. O sujeito do agir está na poltrona, o objeto sobre o qual a ação recai, no divã. Tenho certeza que ninguém aqui o diria desta maneira, mas é assim que resulta de fato concebido, se não de direito, ao menos de fato. Meu desejo é refletir junto com vocês sobre o que se passa ou não se passa do lado divã do ato analítico.

“Cada um tem o analista que merece” é o mote que me ocorreu para conversarmos sobre isso. Poderia ter chamado esta comunicação de “Jacques com Nelson”, aproveitando aquele impagável “perdoa-me por me traíres” que, sem o voluntarismo da boa ou da má consciência, e sem condescendência para com a vitimização generalizada, me parece uma fórmula excelente para introduzir a pergunta pela *ética do analisante*, se houver.

Esta ideia de pensar a ética do lado analisante não é nada nova para mim. Há muitos anos argumentei sobre a inadequação da palavra “paciente” para designar os atarefados em analisarem-se. Lacan sugeriu precisamente “analisante”, em vez de *analisando*, para denotar que ali não havia a menor passividade. Eu teria preferido “analisador” em nossa língua, mas enfim, é a tradução que vingou para *analysant*. Naquela ocasião, sugeri que cabia ao analista ser paciente, contanto que tivesse a manha de induzir uma certa impaciência nos seus analisantes. Paciência para esperar o bom momento de incomodá-los, a ponto de sacudir a sua inércia sintomática. No fim das contas, saber esperar a boa ocasião faz o bom político, e o bom analista também.

Antes ainda, e a propósito do que se tinha convencionado em denominar de “clínica do ato” —inspirada no ultimíssimo Lacan, *le tout dernier*, que seria o único que presta, claro, estando tudo o anterior ultrapassado e sem efeito: acaso o simbólico não ganha do imaginário, que perde do real?—, fiz uma

intervenção sugerindo que não bastava maltratar os pacientes para ser um bom lacaniano.

Era uma época em que os psicanalistas agiam. Praticavam o “ato analítico”, que podia consistir em enfiar a mão no bolso do cliente, para tomar-lhe o dinheiro; servir-se dele para pegar as crianças na escola ou reformar a casa da praia (no caso de o paciente ser arquiteto). Era o corte no real, fazê-lo vender o carro e as joias para continuar pagando a análise, por exemplo, ou intimar sua esposa, seu filho ou sua amante (ou os três juntos) a vir deitar no mesmo divã que ele. Era a retificação subjetiva, controlar a análise do próprio filho, ao ponto de telefonar ao analista do rebento para corrigir-lhe uma interpretação dada. Acaso Freud não analisou a sua caçula, Anna? Acaso o pai do Pequeno Hans não analisava o filho, sob instruções do próprio mestre? E vejamos que nem menciono o detalhe de o analista fiscalizado ter sido um ex-paciente de quem assim o fiscaliza. Era a ruptura do *semblant*, convocar analisantes de colegas para trocarem de analista —preciso dizer quem era o novo analista sugerido no lugar? Um destes mestres de cerimônia se superou a si mesmo telefonando para o analisante de uma colega doente para sugerir que, havida conta que sua analista morreria logo, o melhor que o moço podia fazer era vir deitar no divã... adivinhem de quem?

O psicanalista como “homem de ação”... É para rir, se lembrarmos que Jacques Lacan, sim, Jacques Lacan, define o psicanalista precisamente como aquele que retira seu poder da inação¹. Seu lugar na dupla seria o de quem *não age*, e o *desejo do psicanalista* consistiria exatamente na enérgica recusa do exercício do poder que a transferência lhe confere. O contrário da *sugestão*, que se caracteriza pelo uso do poder sobre o sugestionado. Freud ironizava sobre a reclamação de um mestre hipnotizador, que gritava para uma senhora relutante a entrar em transe: “*Mais, Madame, vous, vous contre-suggestionnez!*” E Freud: “Mas, ela tem todo o direito de contra-sugestionar-se!”² E então

¹ Seminário I; *A direção do tratamento e os princípios de seu poder*.

² Psicologia das massas e análise do eu

propõe para o futuro analista a “neutralidade”, ou seja, a reserva quanto ao uso do poder no quadro do tratamento. Como a “carta roubada” de Poe (via Lacan), que investe de poder a quem a detém, desde que não se faça uso dela.

Em todo caso, tais “agitadores” se opunham à observância da neutralidade passiva do psicanalista freudiano *a la* Strachey, e assim fazendo acreditavam seguir Lacan. E, sobretudo, toda esta agitação acontecia em nome do *final da análise*. Ah, o final da análise! *Il gran finale* era a Meca; era Eldorado; era o momento em que nos convertíamos em O analista —porque A mulher pode muito bem não existir, mas O analista, este sim existe. Ô se existe! Conheço uma que declarou terminada a sua análise ao atravessar a avenida Angélica: estava aí, segundo disse, a travessia da fantasia. Outra, ou talvez a mesma, verificou o bem fundado do fim da sua análise quando seu corpo perdeu qualquer forma humana, pois assim constatava-se o necessário desprendimento do imaginário, e a derradeira consagração ao simbólico ou, quem sabe, ao real.

Analisar-se “para terminar” é um dos efeitos deletérios que poderíamos pôr na conta da clínica inspirada na teoria do passe, acredito. Antes disso, as pessoas se analisavam porque precisavam, e às vezes aquilo se passava de tal modo que acabava por seu próprio movimento, e segundo uma lógica que podia pensar-se depois. Mas, analisar-se visando o *final da análise*... era uma novidade trazida junto com o desejo *de ser* analista. Tratava-se de uma nova idealização, a de chegar a poder apresentar-se como um caso particular da classe universal O analista que, por outro lado, nada mais seria do que a realização do *Homem Novo* sonhado por São Paulo e projetado politicamente por *El Che*. Não vejo bem como chacoalhar as identificações cristalizadas de uma pessoa que usa o procedimento para criar uma nova e final identidade para si.

Mas hoje desejo me debruçar sobre outra questão. Qual seja, as consequências clínicas de uma certa leitura do deslocamento conceitual da *resistência* à análise do paciente para o analista —a ponto de Lacan soltar

aquela fórmula bastante enigmática e sobre a qual caberia refletir um pouco: “o analista tem horror de seu ato”. Tal deslocamento teve o valor de uma interpretação jogada bem na cara da comunidade analítica, e foi um inegável progresso ao introduzir a questão da responsabilidade ética do psicanalista pelo seu lugar e sua função.

É bem conhecida a crítica de Lacan ao modo de Kris dirigir o tratamento, ao ponto de transformar uma interpretação relatada por ele em exemplo paradigmático de *acting-out*. Ou seja, onde Kris lia uma confirmação do bem fundado de sua interpretação, Lacan lia a resistência à análise, e botava a conta da mesma na concepção de *realidade* que Kris teria. Já desde a releitura do caso Dora³ nos ensinara que o motivo da desistência da moça tinha sido a interpretação *errada* que Freud tentara lhe impingir, não a dificuldade dela em reconhecer o recalcado. Entretanto, o que disso foi deduzido —e por mais de um— foi que, embora o analisante fosse o agente do *acting*, a sua ação era concebida como um puro efeito cuja causa estaria na intervenção errada do seu analista. Com idêntico raciocínio, a passagem ao ato resultaria da falência completa do analista em seu lugar. Em suma, assim como para Galvão Bueno o time adversário jamais ganha: é o Brasil que perde; assim, o paciente não tem vez no ato analítico: fracassado ou bem sucedido, o ato e a ética que lhe seria inerente são sempre *do* psicanalista.

Mas, que a ética de uma psicanálise dependa do *desejo do analista* não implica que no dispositivo e no tratamento que lhe é dispensado dentro dele o *analisante* não tenha responsabilidade alguma. É precisamente pela sua implicação que recebe esse nome. Ele não é apenas o que sofre, o que padece, o apaixonado... enfim, o paciente. Trata-se, ao contrário, de impacientá-lo, de pô-lo a trabalhar a serviço, se vocês querem, da *causa da análise*. A dele, em primeiro lugar, e a da psicanálise mesma, quando ele é ou quer ser um psicanalista. Nunca se tratou com isso de apelar a qualquer voluntarismo; de conclamar o *eu* ao trabalho, mas de criar as condições para que o inconsciente, que já trabalha, o faça dentro dos quadros do dispositivo analítico, de modo a

³ Intervenção na transferência

poder recolher-lhe os produtos, e com isso mudar a vida da pessoa. Porque, convenhamos, continua tratando-se disso, de viver um pouco melhor; de parar de atirar nos próprios pés. Não acredito que se trate apenas de uma linha de montagem de psicanalistas.

Muitos dos que se reportam à escrita do discurso do psicanalista para definir o que fazem, na hora da prática, mostram a ação de um deslizamento que revela uma inversão dos lugares de objeto-agente e de sujeito-outro do ato analítico. E o resultado é uma montagem que tem, de um lado, um psicanalista *diretor* do tratamento, de cuja técnica / ética depende o andamento e o desfecho da análise do outro. E, do outro lado, um analisando instalado em sua pasmaceira transferencial, desincumbido da menor responsabilidade pelo estado em que se encontra e pelas coisas que faz ou que lhe são feitas. Estamos às voltas, portanto, com um paciente apelidado de “analisante”, mas concebido e tratado como *analisando*, isto é, como o *objeto* da análise do psicanalista-diretor. Por outras palavras, a pergunta ética não se coloca do seu lado. Mas, a que estou chamando de “pergunta ética”? Sem demasiada filosofia: *de que modo estás detrás do que fazes?*

O mais engraçado é que uma vez finda a análise conduzida sob tais premissas, espera-se deste puro produto do ato analítico que deixe de ser objeto e vire magicamente sujeito. Mais do que isso, espera-se que se transforme em um caso particular de O psicanalista produzido pelo ato (do outro, evidentemente). Freud sugeria não tomar decisões drásticas durante o tratamento; recomendava um certo não-agir aos analisantes, precisamente porque o estado de *hainamoration* transferencial podia induzir ao erro e levá-los a entrar numa fria. Mas, as análises duravam seis meses, máximo. Podemos esperar o mesmo de uma análise que dura vinte anos? Aliás, o fato de uma análise durar duas décadas não revela já um certo fracasso da psicanálise em extensão?

E note-se que ainda nem entrei no mérito dos analisantes que praticam a psicanálise que, com semelhante concepção da ética e de ato analítico, nem mesmo poderiam ser considerados psicanalistas, já que só haveria analista *depois* que a análise estiver terminada. Tratar-se-ia portanto de *pacientes* que exercem a psicanálise de modo mais ou menos ilegítimo. Esta situação, claro, em nosso meio é raríssima, como vocês bem sabem, quase nunca acontece... O absurdo deste raciocínio nem mereceria comentário, não fosse pelo fato de comportar conseqüências bem concretas. Conheço alguns que não podem analisar-se já porque deviam ter terminado e há, também, quem não pode pedir análise, mesmo no limite da angústia, porque já terminou, e reconhecer que precisa de um analista seria como confessar um acabamento que deixa a desejar.

A resistência à análise jamais é dos pacientes, nos é dito. Muito bem, contudo, cabe perguntar se quem aceita que seu ex-analista fiscalize seu trabalho; quem vende o carro para continuar pagando a sua análise interminável; quem reforma a casa de lazer do analista; quem chama a mulher, a filha e a amante para fazer análise com seu próprio analista *obedecendo ordens*; quem abandona ou muda de analista para atender o apelo do Outro-Analista... pergunto-me, dizia, se não cabe dizer, de cada um deles, que tem o analista que merece. Sei que soa meio apelativo, mas não é isso que a gente diz de certos casais, e de certos amigos, que eles se merecem?

Ouvi dizer que não estou considerando direito a transferência, que sob transferência os pacientes se submetem a qualquer coisa, por amor, como as mulheres do Nelson a seus machos. Foi-me dito, também, que se o psicanalista for um canalha seus pacientes estarão por anos a fio na posição de servidão voluntária, na medida em que encarna para cada um deles o Outro imaginário da fantasia que lhes comanda o desejo. Se o analista, contudo, for bom e competente, os analisantes poderão ser reconduzidos para fora da posição objetual de servidão ao gozo do Outro. Na mesma linha, disseram-me que,

estrategicamente, um analista pode levar seu analisante até as últimas consequências da sua posição de escravo, justamente com a finalidade de levá-lo a dar-se conta sozinho do que esta postura significa e do preço que paga por ela, momento em que ele mesmo poderá recusar tal lugar e mudar de posição subjetiva (como se diz). Não discordo de tais observações, apenas acrescento que se trata de cálculos prá lá de delicados e como tais deveriam ser considerados.

Estas opiniões, contudo, consideram o problema ético apenas do ponto de vista do psicanalista, como se do lado analisante não existisse a dimensão da escolha, e não digo escolha das palavras que virão na associação livre, porque aqui não existe escolha alguma, mas da mais geral avaliação do que está sendo feito com ele em nome da Psicanálise. Devo aceitar qualquer coisa que meu analista diga e faça, acreditando que ele realmente sabe qual é minha verdade recalcada e age em consequência?

Nada mais longe portanto que contestar a ética do psicanalista, proponho apenas começar a pensar como as pessoas escolhem os seus analistas, de um modo que faça jús à advertência que Lacan mesmo botou na primeira página dos seus escritos: eles estão feitos, escreveu, de tal modo que seja necessário ao leitor pôr algo de si para poder lê-los. Não sugiro nada diferente: digo que quando alguém escolhe um analista e com ele se sustenta por anos a fio está sendo ativo em sua opção, e afirmar que tal opção é feita desde a fantasia inconsciente não faz dele uma vítima.

Pela mesma razão que para Freud o inconsciente jamais poderia ser usado como desculpa para justificar atos inadmissíveis, no sentido de *o inconsciente me fez fazer isso*, a repetição transferencial tampouco deveria servir de pretexto para o analisante eximir-se de qualquer responsabilidade em relação àquilo que foi feito com ele, que ele permite ou até encoraja que seja feito com ele. Não deveríamos esperar dos pacientes transferenciados que façam como aquela que Freud cita, aquela que resistia a vontade do hipnotizador mediante uma ação contrária? Não deveriam fazer estes pacientes como Dora com Freud: depois de seu analista errar o alvo várias vezes,

mandar-se? Não seriam estas mulheres bons exemplos do que estou tentando denominar analisantes éticos?

Quando certo chefe de escola adverte um aluno que nunca receberá encaminhamentos devido ao fato de seu analista ser freguês de outra paróquia, e o aluno em questão decide mudar de analista para corresponder ao que se espera dele, eu me pergunto: tal decisão deve ser posta na conta exclusiva dos analistas que o disputam como paciente, ou se trata também de uma *postura canalha do analisante* seduzido pela promessa fálica? Leiam *Drácula*, de Bram Stoker, o vampiro jamais vai até as presas; são elas que vão a ele, fascinadas pelo seu desejo decidido, digamos. Devemos tê-las como inocentes e discutir apenas a falta de ética do vampiro?

Fui interpelado durante seguidas sessões sobre o termo da minha própria análise, já que a desta pessoa comigo estava sendo contestada por um colega. Segundo este último, eu não teria terminado e, portanto, jamais poderia levar ninguém até o fim... da análise. Fascinado com esta promessa de consumação, o meu analisante questiona a minha competência para continuar sendo seu analista, e pretende que eu confirme ou negue a “acusação” de que tinha sido objeto. No início optei por um silêncio salutar, mas quando achei que esta estória estava de bom tamanho, disse que estava pouco me lixando com a opinião do distinto colega sobre mim, e que se a sua própria experiência comigo não era suficiente para ele poder responder sozinho a pergunta que estava se fazendo, tinha mesmo que ir embora.

Já uma ex paciente me mandou um mail pedindo para conversar, depois de uma palestra que dei e à qual ela assistiu. Vinha me dizer o que não disse dez anos antes, quando interrompeu o tratamento comigo. Tinha sido depois de uma mancada da minha parte, atraso ou esquecimento. Ela não voltou e eu não a procurei. No dia da palestra, conta, pensou que devia ter me telefonado naquela ocasião para continuar com a nossa tarefa, depois de me xingar como merecia. O que tinha acontecido fora uma repetição da relação dela com os homens: eles a largavam e ela os riscava imediatamente da agenda, como se

nunca tivessem existido, para não sofrer. Devia ter voltado para me dizer: “Eu não valho para você, então você não tem qualquer valor para mim.” Soube disso escutando-me falar em público e quis vir me contar. E *agora eu sei* que devia tê-la chamado e não simplesmente abandonado à sua sorte. O gesto dela, entretanto, a sua iniciativa de vir me dizer isso, não testemunha uma posição ética que merece o nome de ato? E que tipo de ato é esse que uma década depois significa para ambos o momento de concluir, obrigando-me a me implicar ao mesmo tempo que ela insiste em manter a sua implicação? Fala-se com razão da grandeza de Freud ao expor seu erro de cálculo na condução da análise de Dora, mas ter-se dado conta disso, não se deve nem um pouquinho à insistência dela em seu desejo deixando-o cair?

Alguem me disse que os analistas fazem aos seus pacientes o que foi feito com eles pelos seus próprios analistas. Seriam como as vítimas do vampiro, transformadas elas mesmas em vampiros. É assim que pensamos a tão falada transmissão? Faço análise com um canalha e viro um *canalhanalista*? Nossos pacientes seriam como a cera virgem sobre a qual se imprime o que for? Que alguém deixe de ser paciente e se torne analisante depende apenas do seu analista? O que são as entrevistas ditas *preliminares* se não a criação das condições para que esta passagem seja possível? Como a minha antiga analisante me ensinou —e não encontro palavras boas o suficiente para lhe agradecer—, ao vir me mostrar aonde foi que eu tinha me perdido como seu analista, ela pode encontrar-se como sujeito em uma posição para a qual não cabe melhor palavra que “ética”.

Porto Alegre, novembro de 2010